



Promotoria Estadual de Defesa do Patrimônio Cultural e Turístico

NOTA TÉCNICA nº 56/2010

- I. **Objetivo:** Analisar e indicar medidas necessárias para preservação do bem cultural Igreja de Santa Quitéria, bem integrante do núcleo histórico de Catas Altas tombado pelo município e pelo Iepha.
- II. **Município:** Catas Altas
- III. **Localização :** Rua Monsenhor de Barros - Morro de Santa Quitéria
- IV. **Metodologia :** Esta nota técnica foi elaborada tendo como referência as fotografias encaminhadas pelo Coordenador das Promotorias de Patrimônio Cultural de Minas Gerais, Dr. Marcos Paulo de Souza Miranda existentes nos autos e ficha de inventário do imóvel

V. **Breve Histórico de Catas Altas:**

Em 1702, o bandeirante Domingos Borges descobriu na fralda oriental da Serra do Caraça ricas minas auríferas, mais tarde denominadas de Catas Altas. A ele se deve também a fundação do arraial. Mas foi somente bem recentemente, em 21 de dezembro de 1995, que o então Distrito de Catas Altas emancipou-se de Santa Bárbara.

Situada ao pé da Serra do Caraça, a apenas 120 quilômetros de Belo Horizonte, a turística cidade teve sua origem durante o ciclo do ouro. O primeiro batismo foi celebrado na capela de Nossa Senhora de Conceição, em 1712, época que coincide com o início da construção da Igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição. Nesta época já se delineava o aglomerado urbano que se formava ao redor da mineração.

Em 1718 o arraial foi elevado à condição de freguesia, através de medidas da administração colonial, sendo a paróquia declarada de natureza colativa. Seis anos mais tarde foi nomeado o primeiro vigário de Catas Altas, então chamada de Catas Altas do Mato Dentro para diferenciar de Catas Altas da Noruega. A construção da Igreja da Matriz prolongou-se até por volta de 1780.

A mineração de ferro é hoje a principal atividade econômica. Mesmo tendo causado grandes estragos ao meio ambiente, pois o controle ambiental é bastante recente, a atividade não conseguiu diminuir a imponência e beleza da Serra do Caraça, guardiã da cidade. Com o esgotamento das minas, Catas Altas tornou-se um arraial abandonado e em ruínas e os habitantes que ali permaneceram se dedicaram ao cultivo de pequenas roças de subsistência.

No início do século XIX, o arraial contava com 200 casas enfileiradas em duas ruas. A mineração sobrevivente era feita nas lavras do Capitão-mor Inocêncio. O Capitão-mor recebeu, então, o conselho do naturalista francês Auguste de Saint-Hilaire, que visitou a região nos idos de 1816, de substituir a exploração do ouro pela do ferro, cujas reservas eram abundantes na região.

Em 1839, por ocasião da emancipação do município de Santa Bárbara, Catas Altas passou a pertencer à sua jurisdição até 1995, quando também emancipou-se.



Promotoria Estadual de Defesa do Patrimônio Cultural e Turístico

Catas Altas abriga ainda o Santuário do Caraça. Ali existiu um famoso colégio que foi destruído por um incêndio em 1968, ficando em ruínas e transformado em museu e biblioteca com exemplares do ano de 1700. Atualmente o Caraça é uma Reserva Particular do Patrimônio Natural, que preserva além das serras e das cachoeiras, impressionantes exemplares da fauna e flora brasileira, como o lobo-guará, que hoje está ameaçado de extinção.



Fonte : http://pt.wikipedia.org/wiki/Catas_Altas e <http://www.catasaltas.tur.br/catasaltas-historia.html>

VI. Análise Técnica

O conjunto arquitetônico barroco formado não só pela Igreja da Matriz, mas também por casas antigas ao redor da Praça Monsenhor Mendes, entre outras construções, traz para o presente a história do passado da pequena cidade mineira.

Para proteger este rico acervo histórico, cultural e religioso, o Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais (IEPHA) tombou todo o Conjunto do Centro Histórico da cidade de Catas Altas. O conjunto arquitetônico e paisagístico do Santuário do Caraça e a Igreja Nossa Senhora da Conceição são tombados pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN).

A Capela de N. S. do Carmo ou de Santa Quitéria, construída durante o século 18, está localizada no alto de uma colina.

Sua dupla denominação se deve ao fato de que, apesar de ter no trono de seu altar-mor a imagem de Nossa Senhora do Carmo, sua invocação tradicional, comprovada em referências documentais, é Santa Quitéria.¹

Sua fachada, restaurada em 1985 nos moldes originais, segundo projeto e orientação técnica do IEPHA/MG, é chanfrada, com três portas-janelas ao nível do coro e torre única central com

¹ Jornal Estado de Minas, 11/07/85

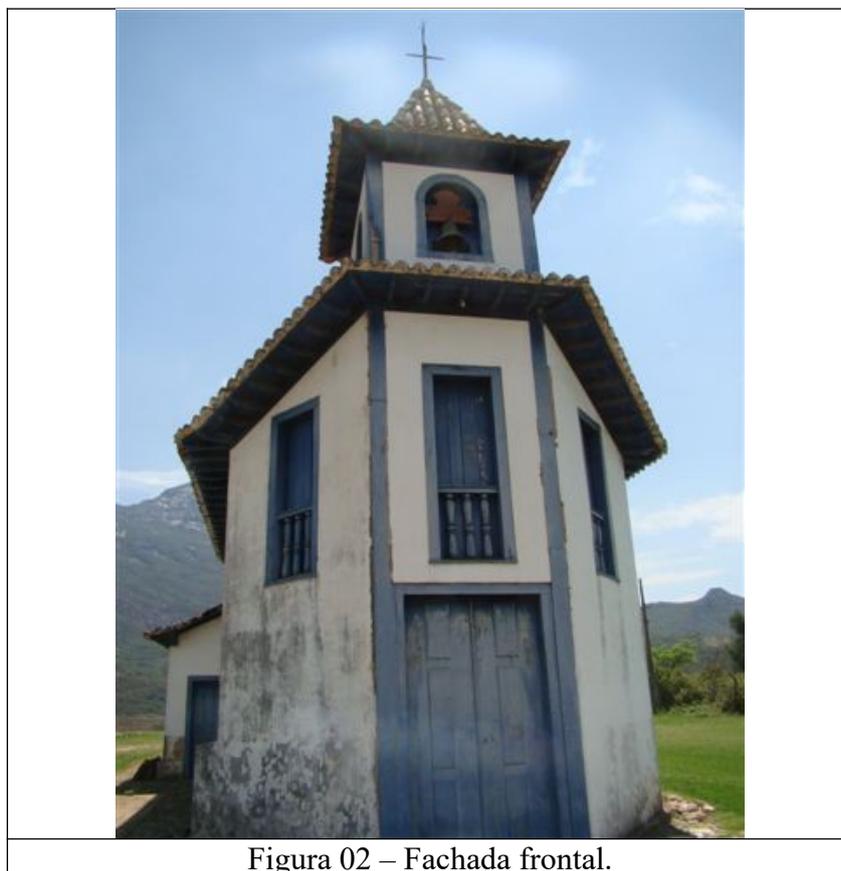
Promotoria Estadual de Defesa do Patrimônio Cultural e Turístico

dois sinos. O adro é calçado com pedras arredondadas, tendo a frente vários degraus. Ao fundo encontra-se a imponente Serra do Caraça, uma moldura natural ao templo.

Internamente a Capela possui o altar-mor em madeira trabalhada em motivos florais e anjos, ambos sem pintura, que foi retirada na época da restauração por não ser original. O único retábulo que a mesma possui é talhado em estilo Dom João V e o forro é todo pintado em branco e vermelho.

Em análise às fotografias datadas de 23/10/2010 é possível verificar que externamente a edificação apresenta-se em regular estado de conservação. As alvenarias apresentam manchas de umidade e bolor e há trechos onde houve perda do reboco com emenda em argamassa que se encontra sem pintura. Também foi verificado que junto à escadaria de acesso ao templo a placa informativa sobre o monumento foi extraída do seu suporte, que permanece no local, entretanto, sem utilidade. Junto a este há acúmulo de lixo.

A pintura das alvenarias e esquadrias encontra-se desgastada e ressecada.



Promotoria Estadual de Defesa do Patrimônio Cultural e Turístico



Figura 03 – Fachada lateral.



Figura 04 – Suporte sem placa informativa.

VII. Conclusão

Patrimônio cultural é o conjunto de todos os bens, materiais ou imateriais, que, pelo seu valor próprio, devam ser considerados de interesse relevante para a permanência e a identidade da cultura de um povo. O patrimônio é a nossa herança do passado, com que vivemos hoje, e que passamos às gerações vindouras.

A identidade de uma população se faz, também, através da preservação do Patrimônio Cultural. Este patrimônio deve ser visto como um grande acervo, que é o registro de acontecimentos e fases da história de uma cidade. O indivíduo tem que se reconhecer na cidade; tem que respeitar seu passado.

A edificação em questão possui valor cultural², ou seja, possui atributos e significados que justificam a sua permanência.

Acumula valores formais (estético, arquitetônico), turísticos, afetivos, históricos (de antiguidade), testemunho, raridade e identidade. Constitui-se referencial simbólico para o espaço e memória da cidade com significados histórico e arquitetônico dignos de proteção.

O imóvel em questão encontra-se em regular estado de conservação. Entendo que a falta de conservação preventiva, as intempéries e a ação do tempo foram fatores que contribuíram com a degradação do imóvel.

² “O valor cultural não é intrínseco, mas criado, instituído historicamente, no seio da interação social e, por isso, nem é imutável, nem homogêneo. Mais ainda: o conflito é seu berço e trajetória naturais, pois não está desvinculado de interesses de indivíduos, grupos e sociedades e assim, por sua natureza política, precisa ser declarado, proposto, legitimado, tornado aceitável ou desejável”. BEZERRA DE MENESES. Valor cultural, valor econômico: encontros e desencontros.

Promotoria Estadual de Defesa do Patrimônio Cultural e Turístico

No caso em questão, percebe-se que a principal patologia está relacionada com a presença de água nas alvenarias. A água e a umidade nos materiais são graves problemas que afetam as construções. Elas não só são problemas por si mesmas, criando ambientes úmidos, frios e insalubres, como servem de veículos para outros ataques ao edifício. Assim, a presença de água e a conseqüente umidade:

- dissolve os materiais de construção, diminuindo a sua resistência;
- transporta sais que ao perderem a água secam (cristalizando-se) aumentam de volume e danificam a superfície de paredes, azulejos e outros revestimentos;
- em climas frios, congela dentro dos materiais de construção destruindo-os;
- favorece o crescimento de fungos e mofos que primeiro escurecem as superfícies e depois favorecem a desagregação do material;
- propicia o desenvolvimento de micro flora nas paredes acelerando seu desgaste;
- possibilita o crescimento de plantas cujas raízes danificam a construção;
- apodrece as peças de madeira e torna mais fácil a invasão de fungos e cupins.

Evitar a umidade é difícil. Ela pode ser encontrada sob a forma de vapor e no ar que envolve e preenche o edifício. Encontra-se na forma líquida, na chuva que atinge os telhados e paredes e que se infiltra e acumula no terreno. Encontra-se em maior ou menor quantidade, dentro dos próprios materiais de construção e finalmente, dentro das paredes, nas instalações de água e esgoto que são uma fonte possível de vazamentos³.

Com tantas formas possíveis de entrada de água numa construção, antes de mais nada:

- É preciso descobrir a fonte de umidade, isto é, de onde vem a água que está causando o dano.
- Após a solução dos problemas de umidade e de minuciosa inspeção dos sistemas hidráulicos e de esgoto, deverá ser substituído o reboco e realizada nova pintura.
- Também é necessária a retirada de qualquer revestimento impermeável que impeça a evaporação da umidade.
- Deverá ser previsto sistema de drenagem de águas pluviais eficiente na área externa, de forma a prevenir infiltrações na edificação.

As reparações de fissuras podem ser facilmente feitas:

- Com a substituição do trecho degradado por material novo, semelhante ao original, com as mesmas características do antigo.
- Primeiro retira-se todo o material em mau estado ou solto, assim como as eflorescências e qualquer tipo de crescimento biológico.
- Em seguida, limpam-se com brocha ou escova todas as superfícies expostas e as zonas que vão estar em contato com o reboco novo. Deve-se aplicar fungicidas no caso de haver indícios de que tenha ocorrido ataque biológico.
- Depois inicia-se um novo emboço, preenchendo bem os interstícios e criando uma superfície de aderência. Uma vez aplicada esta primeira camada vão-se agregando com a colher as capas de reboco guardando-se a semelhança com o original.

³ Manual de Conservação Preventiva para Edificações, elaborado pelo GT-IPHAN –Programa Monumenta/Bid – com a colaboração de técnicos do IPHAN e consultores autônomos, com apoio da UNESCO, através do Acordo de Cooperação Técnica entre o MinC e este organismo

Promotoria Estadual de Defesa do Patrimônio Cultural e Turístico

- Também o acabamento final com gesso, cal etc, terá característica semelhantes ao existente.

Além disso, é necessário que ocorram ações de conservação preventiva. A conservação preventiva (manutenção) é essencial para garantir que o bem permaneça preservado e conservado. Agir preventivamente é a forma mais eficaz e menos onerosa na preservação do bem cultural. São intervenções de menor complexidade e baixo custo que possibilitam prevenir danos maiores e, freqüentemente, irreversíveis.

De forma prática, para se fazer uma boa conservação é necessário que sejam estabelecidas rotinas periódicas de inspeção durante as quais o imóvel é percorrido e são identificados os problemas existentes. É importante que as inspeções sejam realizadas antes e após o período sazonal de chuvas, ou após acontecer seqüência de dias, especialmente, chuvosos.

Após a inspeção e caso verificada a existência de patologias, é necessária a realização de intervenções para solução dos problemas apresentados.

As intervenções mais comuns são:

- revisão de telhado, calhas e condutores;
- drenagem pluvial de terreno adjacente;
- imunização contra insetos xilófagos;
- reboco e pintura interna e externa de alvenarias e esquadrias;
- revisão nas esquadrias;
- revisão de instalações elétricas e hidráulicas;
- estabilização de recalques estruturais de pequenas proporções;
- reconstituição de alvenarias arruinadas;
- revisão de esquadrias, com ênfase nos aspectos de segurança contra roubo e vandalismo;
- prevenção contra incêndio e pânico.

Para que não ocorram intervenções descaracterizantes, sugere-se que os projetos de reforma, restauração, ampliação ou construção sejam previamente apreciados e aprovados pelo órgão de proteção competente.

Também deverá ser recolocada a placa informativa sobre o bem cultural no local, bem como mobiliário urbano (lixeiras, bancos) cujos modelos devem ser sugeridos pelo órgão de proteção competente.

Desta forma, o patrimônio será mantido em condições íntegras permitindo que seja utilizado, possibilitando a sua sobrevivência no tempo, por várias gerações.

VIII. Encerramento

São essas as considerações deste setor técnico, que se coloca à disposição para o que mais se fizer necessário.

Belo Horizonte, 27 de outubro de 2010.

Andréa Lanna Mendes Novais
Analista do Ministério Público – MAMP 3951
Arquiteta Urbanista – CREA-MG 70833/D



Rua Timbiras, n.º 2941 - Barro Preto - Belo Horizonte-MG - CEP 30140-062
Telefax (31) 3250-4620 – E-mail: cppc@mp.mg.gov.br